

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003586-57.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Edinaldo de Oliveira**
 Requerido: **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Edinaldo de Oliveira moveu ação de indenização por danos materiais e morais em face de CVC Brasil Operadora de Viagens SA e CIG Agência de Viagens e Turismo Ltda.

Aduziu que junto de sua esposa compareceram à segunda requerida em 09/12/13 para a compra de um pacote turístico que se seu por seu intermédio, junto à primeira requerida. A viagem ocorreria de 12 a 19 de maio de 2014, para um *resort* com sistema all inclusive, com pagamento efetuado em 10 parcelas, todas honradas pontualmente.

Ocorre que houve promessa de entrega do *voucher* dois dias antes do embarque, sem contato, o que motivou ligação da esposa do requerente, sendo atendida por funcionária da segunda requerida que informou que a viagem não fora autorizada, não sabendo o motivo, necessitando falar com seu gerente.

No dia seguinte a esposa do autor se dirigiu pessoalmente à loja, sendo atendida pela mesma funcionária que narrou não ter tido resposta do gerente, sendo a viagem remarcada para o dia 26/05/2014, para outro *resort*.

Em outro contato a esposa do autor foi informada que o gerente da intermediadora havia conseguida a "dispensa da multa, e que também tentaria a dispensa da multa da parte aérea", estando a hospedagem do novo *resort*, mantida. Novo contato foi feito e nessa oportunidade, aos 20/05/2014, houve a informação de que não mais seria possível a viagem remarcada para o dia 26 pois "havia uma alteração do valor e que por esse motivo não poderia efetivar a reserva".

A questão é que nenhuma viagem existiu, ficando as requeridas com o dinheiro do autor.

Foram feitas reclamações junto ao SAC da primeira requerida, sendo pedida a juntada.

Em contestação (fls. 37/52) as requeridas informaram a ilegitimidade da CIG Agência de Viagens e Turismo Ltda. Em relação ao mérito, aduziram que o autor, sem justificativa, deixou de comparecer ao embarque, dando ensejo à perda do voo e, assim, deve suportar as multas e despesas previstas no contrato. Ainda, disseram que não houve qualquer dano.

Em réplica, os autores pugnaram pela procedência (fls. 98/100).

Em alegações finais as partes reiteraram seus anteriores argumentos (fls. 111/112 e 113/114).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Decido.

A preliminar de ilegitimidade já foi afastada à fl. 103, decisão que fica mantida por seus próprios fundamentos, inclusive pela clareza da regra do artigo 34, do CDC.

Como já referido à fl. 108, nenhuma prova adicional é necessária; os documentos demonstrativos das contratações já se encontram nos autos e, assim permitido o julgamento no estado.

O autor juntou aos autos prova da contratação inicial (fls. 12/22), com viagem agendada para os dias 12 a 19 de maio de 2014, além de comprovar o pagamento integral (fls. 24/28).

Além disso, comprovou que nova data de viagem foi disponibilizada, também não sendo ela efetivada (fl. 23).

Os argumentos do autor, trazidos com a inicial, são bastante verossímeis, cabendo às requeridas o contraponto, que deveria vir com a juntada aos autos de novos documentos, se o caso e, por óbvio, das reclamações e gravações feitas pelo autor, junto ao SAC das requeridas. Aliás, o próprio autor fez esse requerimento na inicial, e as rés, em contestação, fizeram como se nada tivesse sido pedido, o que não se pode admitir.

Contestação não é peça doutrinária em que a parte deve se limitar a copiar trechos de livros e decisões, muito pelo contrário, é trabalho que deve ser técnico, abordando o caso concreto.

Como nada disso veio, devem as duas rés arcar com o preço por desídia tamanha.

Não se fala, por desnecessário, em inversão do ônus da prova, mas somente em falta de impugnação específica e demonstração de fatos impeditivos ou extintivos do direito do autor – artigo 333, II, do CPC.

Assim, como há prova da contratação e do pagamento, não se pode falar em prestação de serviços por parte das rés, que devem devolver ao autor o dinheiro empregado, em sua integralidade, diante da falta de mínimas provas de seu descumprimento contratual, pelo contrário.

A devolução é simples por ter havido contratação, não sendo indevido o pagamento, portanto.

Em relação aos danos morais, por óbvio que a contratação de viagem para um casal demanda preparo, com marcação de férias, reserva de tempo e de dinheiro; tudo isso se eleva ao dobro quando se percebe que dois foram os períodos reservados, por duas pessoas, para nenhuma viagem...

Ademais, a assistência das requeridas foi nula, sem satisfação pertinente à época da ocorrência e mesmo nestes autos, já que até agora não há nenhuma prova, por parte das rés, sobre o que de fato ocorreu; talvez pensem, de forma absolutamente equivocada, que o processo nunca terminará e que sempre novos prazos lhe seriam concedidos...

Conforme o exposto, a desídia extrema, os valores envolvidos, a falta de justificativa para a não realização de duas viagens, para duas pessoas (um casal) e a não devolução das quantias pagas mesmo mais de um ano após os fatos, agravam a responsabilidade das requeridas, estando justificada indenização no patamar de R\$15.000,00.

Tal valor é suficientemente alto para inibir novas condutas por parte das



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

rés e longe está de enriquecer os autores.

Além disso, a prática já demonstrou que indenizações pífias somente levam à reiteração, não sendo atendida uma das vertentes necessárias, o que já passou do tempo de se corrigir.

Posto isso, julgo PROCEDENTE a ação e condeno as rés, solidariamente, na devolução da quantia de R\$5.762,44, corrigida monetariamente, com juros de mora de 1% ao mês, ambos desde a citação, além do pagamento de R\$15.000,00 a título de danos morais.

Como o decurso do tempo já foi levado em consideração para a fixação do quantum, o valor da reparação moral será corrigido monetariamente, com juros de mora de 1% ao mês, contados da publicação desta sentença.

Ficam condenadas, ainda de forma solidária, no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% do valor atualizado da condenação.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente o patrono do autor planilha atualizada do débito, nos termos dos arts. 475-B e 475-J, do CPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente para o prosseguimento, apontando, inclusive, a medida constritiva pretendida e atentando, se o caso, para o disposto no Provimento nº 2195/14 do Egrégio Conselho Superior da Magistratura.

PRIC

São Carlos, 09 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**